

REALISMO E INFERÊNCIA DA MELHOR EXPLICAÇÃO

Marcos Rodrigues da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Alexandre Meyer Luz

Universidade Federal de Santa Catarina

Miriele Sicote de Lima

PPGFi – UEL

Daiane Camila Castilho

PPGFi – UEL

Introdução

Publicado em 1965 no número 1 do volume 74 de *The Journal of Philosophy*, “Inference to the Best Explanation” trata basicamente da proposta de Gilbert Harman de compreender as inferências em termos do que ele denomina de “inferência da melhor explicação” (doravante “IBE”), ao invés de compreendê-las como inferências de indução enumerativa. Entretanto o artigo não foi lido apenas em função de tal proposta, senão que foi também recepcionado como apontando uma regra que, se seguida, mostraria que uma inferência pode oferecer justificação apropriada para a crença na proposição inferida. Na primeira seção da apresentação da tradução aqui publicada em *Scientiae Studia*, faremos uma breve reconstrução do artigo de Harman. Em seguida situamos IBE no quadro dos argumentos em favor do realismo científico. Na terceira seção mostramos o desenvolvimento do argumento original de Harman, enfatizando a relação entre explicação e inferência.

1. Harman e a inferência da melhor explicação

O objetivo de Harman em “The Inference to the Best Explanation” é o de apresentar um argumento a favor de IBE enquanto uma forma de inferência mais segura se comparada à indução enumerativa, além de mostrar algumas virtudes de IBE enquanto empreendimento epistemológico. Muitos autores atribuem a origem deste tipo de inferência a Peirce (cf. VAN FRAASSEN, 1980, p.46; cf. CHIBENI, 1997, p.26). Harman até concorda que a inferência da melhor explicação corresponde aproximadamente ao que outros chamaram de “abdução”, “o método das hipóteses”, “inferência hipotética”, “o método da eliminação”, “indução eliminativa” e “inferência

teórica”; contudo ele afirma que, apesar dessa proximidade, a sua terminologia evita a maior parte das sugestões enganadoras das terminologias alternativas (cf. HARMAN, 1965, p.89).

Apresentamos, inicialmente, uma breve caracterização da situação, do ponto de vista epistemológico. O conceito de “argumento” carrega uma intuição bastante primitiva, uma intuição que pode ser expressa pela ideia de que um conjunto de proposições cridas por um agente epistêmico S é capaz de vir a fornecer apoio racional para proposições que ainda não são membros deste conjunto, isto por conta de uma dada relação entre o primeiro grupo e o segundo, e dada a suposição de que S percebe (ou é capaz de perceber) tal relação. É comum que se divida os argumentos por conta do grau de apoio que o conjunto das premissas é capaz de oferecer à conclusão. Utilizando-se este tipo de critério, dividem-se os argumentos em duas categorias: argumentos *dedutivos*, que são tomados como preservadores da verdade (ou seja, se um sujeito S supõe que as premissas do argumento são verdadeiras e se ele aceita que o argumento é *válido*, então ele deve tomar, necessariamente, a conclusão do argumento como sendo verdadeira) e os argumentos *indutivos*, que são os aqueles em que se pode reconhecer apenas a transmissão de um certo grau de probabilidade das premissas para a conclusão (neste caso, mesmo que S assuma que as premissas são verdadeiras, ele não precisa assumir que a conclusão será verdadeira, necessariamente). Um argumento indutivo não é, portanto, *válido*, mas ele deve ser apropriadamente *forte*. Um argumento dedutivo, por ser preservador da verdade, é sempre muito forte, já que podemos considerar que se as premissas forem aceitas como verdadeiras e se S percebe a dedução que está a realizar, a mesma consideração deve ser concedida à conclusão.

Parece razoável supor, porém, que a divisão proposta acima não é capaz de captar todos os modos pelos quais nós aplicamos a exigência de transferência de apoio racional. Tome, por exemplo, o seguinte caso: você ouve um forte barulho vindo da rua, um barulho que evoca um choque violento entre duas estruturas pesadas; a partir do barulho você infere que houve uma batida entre dois carros. Ora, dado seu conhecimento anterior de barulhos deste tipo, parece claro que a conclusão a que você chegou é bem sustentada. Todavia, este não é um argumento válido (ou seja, ele não possui uma forma preservadora-da-verdade), pois o barulho poderia ser o de uma queda de avião, ou de um sistema de som extremamente potente de um carro que anda pelas ruas com sons de batidas de carro; adicionalmente, dizer que ele é um argumento indutivo parece não captar apropriadamente o que confere força à conclusão. Por conta disto, Charles Pierce sugeriu que o caso acima ajuda a sustentar uma terceira forma de classificação de argumentos, a *abdução*.

Os argumentos abduativos conferem força à conclusão particularmente porque a conclusão, dadas suposições correntes de como o mundo é, tem o *status* de “a melhor explicação” para o que é suposto pelas premissas.

Assim, como argumentou Chibeni (2006, p.223), no esquema inferencial de IBE “a conclusão é obtida de modo falível” (ainda que não se possa negar, conforme o autor, a utilização de tais esquemas tanto na ciência quanto na vida comum). Para Dawbes, que defende IBE, não se pode negar que o modo de inferência via IBE recai na falácia da afirmação do consequente (cf. DAWBES, 2013, p.63). Gaeta, por sua vez, afirma que IBE não permite a extração de uma conclusão nem pelas regras da dedução e nem pelas da indução (cf. GAETA, 2007, p.84).

Feita esta primeira consideração, passamos então a ver como Harman caracteriza o que entende por IBE, numa passagem que merece naturalmente ser citada:

Ao inferir a melhor explicação se infere, do fato de que uma certa hipótese explicaria a evidência, a verdade desta hipótese. Em geral várias hipóteses podem explicar a evidência, por isso devemos ser capazes de rejeitar todas tais hipóteses alternativas antes de estarmos seguros ao fazer a inferência. Portanto se infere, da premissa de que uma dada hipótese forneceria uma “melhor” explicação para a evidência do que quaisquer outras hipóteses, a conclusão de que esta determinada hipótese é verdadeira (HARMAN 1965, p.89).

A caracterização oferecida por Harman não passou despercebida pela literatura, sobretudo se a tomamos (como efetivamente parece mais adequado) como uma instância da “concepção forte” acima apresentada. Ela foi, como veremos na próxima seção desta apresentação, adotada pelos realistas científicos como uma forma de explicar a aceitação de hipóteses pelos cientistas; mas foi (como veremos também na próxima seção) igualmente percebida como o ponto de partida de uma agenda programática, no sentido de uma ampliação teórica de IBE. Entretanto, antes de passarmos a esta discussão, tratemos de situar IBE no contexto do objetivo de Harman antes mencionado: apresentar um argumento a favor de IBE enquanto uma forma de inferência mais segura se comparada à indução enumerativa.

Para elucidar a sua defesa de IBE Harman apresenta, dentre outros, o seguinte exemplo: “quando nós inferimos algum fato da experiência mental de uma pessoa a partir de seu comportamento, nós estamos inferindo que este fato é uma explicação melhor do que outra” (HARMAN, 1965, p.89). Harman apresenta este exemplo de modo bem sintético. A sua pretensão aqui é mostrar a diferença entre uma inferência que é descrita como uma instância da indução enumerativa e uma inferência que é descrita como uma instância de IBE.

A indução enumerativa, segundo Harman, apresenta a seguinte forma: a partir da proposição “todos As observados são Bs”, nós concluímos que “todos As são Bs”, ou que “pelo menos o próximo A provavelmente será um B” (HARMAN, 1965, p.90). A questão que surge aqui é: em que condições é permitido fazer a inferência de que todo A é B? (HARMAN, 1965, p.90). O artigo de Harman sugere duas respostas para a pergunta.

Em primeiro lugar, Harman sugere que a hipótese “Todo A é B”, *sendo superior a suas rivais*, é inferida legitimamente a partir de um ponto de vista comparativo – ou seja: inferida à luz de sua superioridade e não em função de um processo de indução enumerativa. Em segundo lugar, Harman argumenta que a inferência (de que todo A é B) se legitima em função daquilo que denominou de “pressupostos” que estariam presentes na inferência (e, mais importante, que *não* estão presentes numa inferência por indução enumerativa). O artigo de Harman apresenta uma discussão apenas desta segunda condição, e aqui acompanhamos o artigo.

Para esta discussão, um dos exemplos usado por Harman é o seguinte: sabe-se que uma pessoa machucou a mão pelo modo como ela afasta a mão para longe de um fogão. Poderíamos explicar a inferência “toda vez que uma pessoa afasta sua mão do fogo é porque ela se queimou” por meio de uma indução enumerativa: a experiência passada teria nos guiado nesta inferência. Entretanto, argumenta Harman, há um *pressuposto* envolvido na inferência: o pressuposto de que a dor é responsável pelo repentino afastamento da mão.

Evidentemente, um leitor de Harman educado na tradição filosófica (e presumivelmente é este o leitor de Harman) perguntaria sobre a origem deste pressuposto e, possivelmente, teria dificuldades de aceitar alguma resposta que considerasse plausível. Porém Harman não promete ao leitor tratar desta questão; ao invés disso, se movimenta no sentido de mostrar que uma diferença importante entre a inferência por indução enumerativa e IBE é a de que esta última explicita a existência e o papel dos pressupostos em nossas inferências e, com isso, nos auxilia a compreender uma característica do nosso uso do termo “conhecer”. Assumindo o pressuposto de que a dor é responsável pelo repentino afastamento da mão, é possível dizer que *sabemos* por que aquela pessoa afastou a mão do fogão.

Finalizando esta seção, podemos perceber claramente que Harman não está preocupado em atacar a possibilidade de obtermos crença justificada por meio da indução enumerativa, senão em mostrar que IBE é uma forma mais apropriadamente segura de inferência do que a inferência por meio da indução enumerativa.

2. Realismo e inferência da melhor explicação

Partindo da caracterização de IBE oferecida por Harman, é possível estruturar o seguinte argumento (SILVA, 2011, p.274): a) uma evidência E deve ser explicada; b) a hipótese H explica melhor E do que outras hipóteses rivais; c) conclusão: H é passível de crença em sua verdade.

Como se torna óbvio, o argumento é bastante atrativo para uma defesa de uma explicação realista da aceitação de teorias por parte de um cientista¹. Além disso é importante também registrar que, considerando que um dos problemas em torno dos quais gira a disputa entre realistas e anti-realistas é o da legitimidade da inferência acerca da existência de entidades inobserváveis em teorias aceitas e bem sucedidas instrumentalmente, IBE, na formulação de Harman, também abre espaço para uma explicação da legitimidade destas entidades inobserváveis. Como argumentou Harman, logo em seguida à sua caracterização de IBE, “[q]uando um cientista infere a existência de átomos e de partículas subatômicas, ele está inferindo a verdade de uma explicação para os diversos dados que ele deseja para explicar” (HARMAN, 1965, p.89). Com isso a conclusão do argumento necessita de um acréscimo, a ser expresso do seguinte modo: *e as entidades inobserváveis postuladas podem ser inferidas*. Deste modo o argumento passa a ser assim apresentado: a) uma evidência E deve ser explicada; b) a hipótese H explica melhor E do que outras hipóteses rivais; c) conclusão: H é passível de crença em sua verdade e as entidades inobserváveis postuladas por H podem ser inferidas.

Posto desta forma IBE se apresentou, conforme já mencionamos, como um importante argumento realista; e, inversamente, se tornou um dos alvos das concepções antirrealistas. Destas, a mais influente certamente foi (e quem sabe ainda seja) a do filósofo Bas van Fraassen.

Van Fraassen apresentou uma série de objeções a IBE (cf. VAN FRAASSEN, 2007, p.45-51; VAN FRAASSEN, 1989, p.142-150). Destacamos aqui uma delas, denominada de argumento do conjunto defeituoso: suponha que uma evidência precise ser explicada e que várias teorias concorram para esta explicação; suponha ainda que consigamos apurar que uma delas seja a melhor explicação para o fenômeno; ora, argumenta van Fraassen, não se pode concluir que a teoria eleita (como melhor explicação) autorize a crença em sua verdade, uma vez que seria possível que outras teorias (que no entanto não foram formuladas) explicassem melhor a evidência do que a teoria eleita (cf. VAN FRAASSEN, 1989, p.143); ou seja: van Fraassen não negaria a

¹ Ainda que Harman não tenha formulado IBE com esta intenção. Como já ressaltamos, o objetivo de Harman era apresentar IBE como uma contraposição à indução enumerativa. Para uma crítica ao ponto central da argumentação de Harman ver Ennis (1968).

possibilidade da classificação das teorias (cf. LIPTON, 2010, p.315), mas negaria que a teoria mais bem classificada possa suscitar a crença em sua verdade. Para van Fraassen, deveríamos, a fim de poder afirmar com segurança que a teoria eleita possa ser considerada verdadeira, possuir alguma forma de privilégio – o privilégio de saber que não estamos diante de uma série ruim de teorias (um *bad lot*). Porém, prossegue van Fraassen, este princípio não possui suporte racional (cf. VAN FRAASSEN, 1989, p.144).

As críticas de Van Fraassen, é claro, não ficaram sem resposta. E, dentre as várias respostas, uma incide diretamente naquilo que viria a ser um desenvolvimento (a partir desta crítica a van Fraassen) de IBE: van Fraassen estaria correto em sustentar que não existe nenhuma forma de privilégio? Para Peter Lipton (2010, p.323) e Stathis Psillos (2000, p.47) isto não seria o caso, pois teríamos de fato um privilégio ao argumentar por intermédio de IBE; este privilégio seria o conhecimento anterior já consolidado. Para realistas como Richard Boyd (1985, p.9) e Jarret Leplin (1997, p.116), quando os cientistas avaliam hipóteses, eles consideram apenas um pequeno número de alternativas, alternativas estas vinculadas naturalmente ao conhecimento anterior².

Com isso, novamente precisamos alterar a estrutura de IBE (cf. SILVA, 2011, p.277): a) uma evidência E deve ser explicada; b) a hipótese H explica melhor E do que outras hipóteses rivais; c) H foi produzida com base em conhecimento de fundo verdadeiro que os cientistas tomam como verdadeiro; c) conclusão: H é passível de crença em sua verdade e as entidades inobserváveis postuladas por H podem ser inferidas.

A noção de conhecimento anterior foi um dos diversos acréscimos feitos à proposta original de Harman. Entretanto, no que diz respeito ao aprofundamento de IBE enquanto estratégia realista, o trabalho de Peter Lipton se afirma como uma referência extremamente sofisticada, tendo em vista sua vinculação das noções de inferência, explicação e verdade³. Dedicaremos a próxima seção à apresentação desta vinculação.

3. Inferência, explicação e verdade

De acordo com Peter Lipton, não compreendemos os mecanismos envolvidos no processo inferencial com a mesma facilidade com que fazemos inferências. Isso se deve a dificuldade em justificar esse processo, ou seja, de se

² Day e Kincaid é outra referência importante para a importância do conhecimento de fundo no esquema inferencial de IBE.

³ A fonte principal para a discussão de Lipton será o seu clássico *Inference to the Best Explanation*. Um estudo bastante específico de Lipton sobre IBE e a crítica de van Fraassen foi traduzido para o português (LIPTON, 2010), precedido de uma apresentação de um dos tradutores (SILVA, 2010).

“explicar por que fazemos as inferências que fazemos” (LIPTON, 2004, p.55). Uma forma de se compreender esse processo inferencial é partir da análise da relação entre a explicação e a inferência. Quando refletimos sobre como fazemos as inferências, é normal pensarmos que as inferências são o ponto de partida do processo. Uma visão natural desse processo propõe que ao buscarmos uma explicação satisfatória para determinado fenômeno ou conjunto de fenômenos, nós “recorremos ao nosso *pool* de crenças”, crenças estas que foram formadas por meio de “inferências anteriores” (cf. LIPTON, 2004, p.55-56); ou seja: temos primeiro a inferência e em seguida a explicação. No entanto Lipton propõe uma inversão da relação entre inferência e explicação. A motivação inicial do processo inferencial deve ser a busca pela explicação; pois, se nós inferimos a melhor explicação, a explicação é quem deve, então, ocupar um papel de destaque em um modelo inferencial como IBE. Sendo assim a explicação deve ser um “guia para a inferência” (cf. LIPTON, 2004, p.56). Mas o que seria “a melhor explicação”, de acordo com Lipton?⁴

Para Lipton uma hipótese pode ser uma explicação efetiva, que deve ser “pelo menos aproximadamente verdadeira” (cf. LIPTON, 2004, p.57). De acordo com essa condição, se IBE adotasse o modelo de explicação efetiva, todas as hipóteses explicativas que estão em competição deveriam ser aproximadamente verdadeiras. Lipton afirma que isso contraria o caráter falível de nossas práticas indutivas, já que seria possível que em algumas ocasiões inferíssemos explicações que não são verdadeiras; ou seja: que seriam depois julgadas como falsas. Outro aspecto negativo desse modelo de explicação é que ele “falha em considerar o papel de explicações em competição na inferência” (cf. LIPTON, 2004, p.57); pois, considerando as hipóteses que estão competindo para serem eleitas como explicação do fenômeno, nem todas poderiam ser (aproximadamente) verdadeiras. Sendo assim, não haveria sentido em escolher uma hipótese que melhor explica, já que todas as hipóteses em questão seriam aproximadamente verdadeiras e se todas fossem aproximadamente verdadeiras, então todas equivaleriam à melhor explicação.

⁴ Antes de passarmos às considerações de Lipton sobre o ponto em questão, é importante registrar que a pergunta com a qual encerramos o parágrafo anterior havia sido formulada por Harman, deixando em aberto o problema de saber qual seria a melhor hipótese no caso de concorrência entre várias alternativas. Vale a pena aqui citar novamente o autor: “Há, é claro, um problema a respeito de como julgar que uma hipótese é suficientemente melhor que outra hipótese. Provavelmente tal julgamento estará baseado em considerações tais como: qual hipótese é mais simples, qual é mais plausível, qual explica mais, qual é menos *ad hoc* etc. Eu não desejo negar que há um problema em explicar a exata natureza dessas considerações; porém, não me manifestarei mais sobre este problema” (HARMAN, 1965, p.89).

Considerando que Lipton pretende, com IBE, justificar nossas práticas inferenciais, uma maneira de assegurar a relevância das considerações explicativas em nossa prática inferencial é, de acordo com o autor, adotar o modelo de uma inferência não efetiva, mas sim potencial. O modelo de explicação potencial não requer que as explicações sejam verdadeiras; ao invés disso, elas devem ser apenas possíveis explicações. Mas o que Lipton quer dizer com “possíveis”? Segundo Lipton, o processo inferencial possui dois estágios. Ao buscarmos uma explicação para algum fenômeno, inicialmente selecionamos um número de “explicações plausíveis” e que possam ser “consideradas seriamente por qualquer pessoa”; ou seja, explicações que não podem ser classificadas como “malucas” (cf. LIPTON, 2004, p.59). Essas explicações plausíveis são potenciais, na medida em que podem se tornar explicações efetivas.

Essa primeira etapa do processo funciona como um “filtro” que seleciona as candidatas plausíveis. De acordo com Lipton, são selecionadas nessa etapa “somente as ‘opções reais’: candidatas sérias para explicações efetivas” (cf. LIPTON, 2004, p.59). Já que nem todas as explicações potenciais são efetivas, nós inferimos, na segunda etapa, “que a melhor das explicações potenciais disponíveis é uma explicação efetiva” (cf. LIPTON, 2004, p.58). Ao adotar uma espécie de “filtro epistêmico” (cf. LIPTON, 2004, p.59) nas duas etapas, o modelo de explicação potencial se mostra adequado para IBE, uma vez que selecionamos, a partir das explicações potenciais, a explicação efetiva com o auxílio das considerações explicativas.

Além da distinção entre explicação potencial e efetiva, Lipton promove uma outra distinção: uma hipótese pode ser uma explicação *mais provável* (likeliest), ou pode ser uma explicação que proporcione *maior entendimento* (loveliest). A explicação mais provável diz respeito às considerações sobre a verdade, enquanto que a explicação que proporciona maior entendimento diz respeito ao “entendimento potencial” (cf. Lipton, 2004, p.59). Esses dois critérios distintos apontam para a melhor explicação potencial de duas formas. Em alguns casos uma explicação potencial é “likely” e não é “lovely”, em outros casos uma explicação potencial pode ser “lovely”, mas não “likely”.

Lipton exemplifica o primeiro caso da seguinte maneira: “É extremamente ‘likely’ que fumar ópio coloca as pessoas a dormir por causa dos seus poderes dormentes (embora não muito certo: pode ser o oxigênio que o fumante inala junto ao ópio, ou a atmosfera depressiva do ambiente), mas este é o modelo de uma explicação muito pouco ‘lovely’” (LIPTON, 2004, p.59). Nesse caso, a explicação potencial possui alta probabilidade de estar correta; é portanto uma explicação *likeliest*, mas apesar disso pode não ser muito

“esclarecedora”, como uma explicação potencial *loveliest* seria (cf. LIPTON, 2004, p.60). Já em casos como o de “teorias conspiratórias” – que mostram “que muitos eventos aparentemente não relacionados fluem de uma única fonte e muitas coincidências aparentes estão realmente relacionadas – uma explicação potencial pode ser *lovely* mas não *likely* (cf. LIPTON, 2004, p.60). Essas teorias têm alto poder explicativo porém são pouco prováveis e “aceitas somente por aqueles cuja habilidade de ponderar as evidências foi comprometida pela paranoia” (cf. LIPTON, 2004, p.60).

Diante desses dois critérios, a melhor explicação potencial deve então ser a mais provável ou a que possibilita maior grau de compreensão e entendimento? Segundo Lipton devemos adotar o modelo no qual a melhor explicação seja a que proporcione maior entendimento; sendo assim nossa prática inferencial deve seguir a versão de inferência à melhor explicação potencial e proporcionadora de entendimento. No caso, o modelo proposto por Lipton segue o seu requisito inicial de que considerações explicativas devem ser um guia para a inferência e introduz a asserção de que a explicação que “fornece o mais profundo entendimento é a explicação que é a mais provável de ser verdadeira” (cf. LIPTON, 2004, p.61).

Assim, o que percebemos, a partir do roteiro traçado por Lipton, é a ênfase na noção de “explicação”, ênfase esta que coloca tal noção como anterior inclusive à qualquer inferência; e, com isso, uma inferência é sempre uma inferência com vistas a uma busca de explicações. Além disso, e de importância fundamental para esta apresentação do artigo de Gilbert Harman, o roteiro de Lipton é em grande parte um desenvolvimento do argumento original de Harman.

Considerações finais

Seja na forma inicial da caracterização de Harman, seja na forma que podemos atribuir a Harman por conta de sua menção a entidades inobserváveis, e seja por fim na forma que inclui a importância do conhecimento de fundo, IBE se apresenta como uma poderosa ferramenta conceitual para realistas, bem como alvo de inúmeras críticas. Até onde sabemos, não existe ainda uma concepção que aceite as conclusões de IBE (devido ao plausível fato de que a maioria dos cientistas parece inclinada a adotar posições realistas) mas que indique a insuficiência das premissas para sustentar a conclusão⁵. Este poderia ser um caminho para a continuidade do debate⁶.

⁵ Laudan entretanto adota uma estratégia bastante próxima desta (de mostrar a insuficiência das premissas para a obtenção da conclusão) para sua crítica não a IBE mas ao realismo epistemológico

Referências

- BOYD, R. “Lex Orandi est Lex Credendi”. In: CHURCHLAND, P. & HOOKER, C. *Images of Science*. Chicago: Chicago Press, 1985.
- CHIBENI, S. *Aspectos da Descrição Física da Realidade*. Campinas: CLE, 1997.
- _____. “Afirmando o consequente: uma defesa do realismo científico”. In: *Scientiae Studia*, v. 4, n.2, 2006, p.221-249.
- DAWES, G. “Belief is Not the Issue: A Defence of Inference to the Best Explanation”. In: *Ratio*, XXVI, 1, 2013, p.62-78.
- DAY, T., KINCAID, H. “Putting Inference to the Best Explanation in Its Place”. In: *Synthese* 98, 1994, p.271-295.
- ENNIS, R. “Enumerative Induction and Best Explanation”. In: *The Journal of Philosophy*, v.65, n.18, 1968, p. 523-529.
- GAETA, R. “Inducción, deducción e inferencia a la mejor explicación”. In: *Filosofía Unisinos*, 8, 2, 2007, p.83-93.
- HARMAN, G. “The Inference to the Best Explanation”. In: *The Philosophical Review* 74, 1965, p.88-95.
- LAUDAN, L. “A Confutation of Convergent Realism”. In: *Philosophy of Science* 48, 1981, p.19-49.
- LEPLIN, J. *A Novel Defense of Scientific Realism*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- LIPTON, P. “O Melhor é Bom o Suficiente?”. In: *Princípios*, v. 17, n. 27, 2010, p.313-329 (Tradução de Marcos Rodrigues da Silva e Alexandre Meyer Luz.)
- _____. *Inference to the Best Explanation*. Segunda Edição. London: Routledge, 2004.
- NIINILUOTO, I. “Defending Abduction”. In: *Philosophy of Science*, 66, p.436-451.

(sem especificar IBE). Esta estratégia aparece em seu clássico artigo contra o realismo epistemológico (LAUDAN, 1981).

⁶ Traduzido por Marcos Rodrigues da Silva (Universidade Estadual de Londrina), Alexandre Meyer Luz (Universidade Federal de Santa Catarina, Miriele Sicote de Lima (PPGFil – UEL) e Daiane Camila Castilho (PPGFil – UEL).

PSILLOS, S. “Sobre a Crítica de van Fraassen ao Raciocínio Abduutivo”. In: *Crítica*, v.6, n.21, 2000, p.35-62 (Tradução de Marcos Rodrigues da Silva e Alexandre Meyer Luz.)

_____. “The Fine Structure of Inference to the Best Explanation”. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, LXXIV, n. 2, 2007, p.441-448.

SILVA, M. “O Problema da Aceitação de Teorias e o Argumento da Inferência da Melhor Explicação”. In: *Cognitio*, v.12, n.2, 2011, p.273-282.

_____. “Inferência da Melhor Explicação”. In: *Princípios*, v.17, n.27, 2010, p. 303-312.

THAGARD, P. “The Best Explanation: Criteria for Theory Choice”. In: *The Journal of Philosophy* v. LXXV, n.2, 1978, p.76-92.

VAN FRAASSEN, B. *A Imagem Científica*. (Tradução de Luiz Henrique Dutra.) São Paulo: Discurso Editorial, 2007.

_____. *Laws and Symmetry*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

Email: meyerluz@terra.com.br

Recebido: 15/04/2017

Aprovado: 24/07/2017